

Entrevista realizada com o Professor Sérgio Da Mata, no – III Seminário de História da Historiografia: Aprender com a História? – No Dia 29/08/2009. Entre 12:30-14:00 H.Mariana-MG.

Daniele Maia Tiago; Flávio Silva de Oliveira e Frederick Gomes Alves. Graduandos em História pela Universidade Federal de Goiás. Diretores da Revista de Teoria da História.

E-mail: revistateoriadahistoria@hotmail.com

Revista de teoria: Professor, como o Flávio havia falado, nossos principais temas são trabalhar alguns pontos relevantes da teoria da história, dentre esses, a primeira pergunta que nós pensamos, uma vez que o senhor estuda e tem um grande conhecimento sobre Weber, sobre historiografia alemã, de forma geral, qual seria então a influência da historiografia alemã, principalmente do século XIX e do século XX, na teoria da história do Brasil hoje?

Sérgio da Mata: Eu cheguei à Universidade justamente quando acabava o regime militar, no ano de 1986. Estudei na UFGM, onde fiz tanto a graduação quanto o mestrado. Para a maior parte dos que estudaram mais ou menos na mesma época, essa presença alemã na verdade não existia. Sempre houve e ainda há uma influência francesa muito forte. Sobretudo a influência da Escola dos *Annales*, evidentemente. Mas é de certa forma natural que fosse assim, porque justamente nessa época passa a haver mais obras disponíveis desses autores. Os nossos professores tinham lido esses autores ainda em francês, mas o grande *boom* da influência dos *Annales* se deu a partir da segunda metade da década de 1980. Nesse sentido, a imagem que nós tínhamos dos autores alemães era uma imagem invertida, ou melhor dizendo, era uma imagem filtrada pela recepção que os autores alemães, seja historiadores, seja teóricos, tinham tido na França. E que era quase uma não-recepção, porque entre os franceses há uma resistência em aprender alemão. Há muito mais alemães que falam francês do que franceses que falam alemão, mesmo hoje em dia! Bom, o que isso significava na prática? Significava que a nossa visão de historiografia alemã, por exemplo a de fins do

século XIX, que é a que mais me interessa, era um pouco deformada, sobretudo porque a historiografia alemã foi bastante influente na França em um certo momento. Nós sabemos que Michelet apreciava profundamente o trabalho de vários autores alemães. Era, certamente, também um grande admirador de Vico. Mas ele tinha uma grande admiração por Jacob Grimm. Suas *Origens do direito francês* foram diretamente inspiradas pelas *Antiguidades jurídicas alemãs* de Jacob Grimm. Se nós pensarmos na geração de historiadores franceses que criou a revista histórica, a *Revue Historique*, boa parte deles tinha estudado na Alemanha. Nas décadas de 1860, 1870, 1880, 1890, não havia dúvidas, na Europa, de que os principais historiadores, os grandes historiadores – estavam na Alemanha. Ela era o “grande laboratório”, nas palavras do próprio Gabriel Monod, um dos fundadores da *Revue Historique*. O afastamento entre a historiografia francesa e a alemã se inicia com a guerra de 1870. O grande impacto, porém, vem com a Primeira Guerra Mundial. Isso afetou diretamente os jovens estudantes de história, entre eles Febvre e Bloch, embora Bloch tivesse estudado na Alemanha. Bloch foi aluno de Karl Lamprecht em Leipzig e do grande historiador e teólogo alemão Adolf von Harnack, em Berlim. Eu quero crer que Bloch ainda continuou a manter uma relação mais tranqüila com os alemães. Febvre não. Em Febvre a gente percebe que a Primeira Guerra representou algo muito difícil, como havia representado para um homem que ele admirava profundamente, Henri Pirenne. Pirenne era belga, e a invasão da Bélgica pelos alemães foi algo que causou tremenda má impressão na época. A Bélgica era um país neutro, e, enfim, essas relações políticas entre os países acabavam impactando também as relações historiográficas entre as duas margens do Reno. E é claro que com a Segunda Guerra Mundial esse fosso se aprofundou ainda mais. Bom, então o que isso nos afeta, no Brasil? Isso nos afeta à medida que a influência francesa, em especial a dos *Annales*, aumentou muito no Brasil. Essa visão um pouco ligeira, rápida, superficial a respeito dos alemães se consolidou entre nós. Eu me lembro muito bem que, quando da minha graduação, a gente dizia assim: “história positivista do século XIX, escola histórica alemã, etc”, quando na verdade isso significa uma simplificação grotesca, porque as grandes obras sobre teoria do conhecimento histórico, as primeiras grandes obras, estavam sendo produzidas na Alemanha a partir da década de 1880: Dilthey em 1883, a *Historik* de Droysen, Rickert, que lança o segundo volume da sua grande obra em

1902, os ensaios teóricos de Weber, que são do início do século XX, os trabalhos de Eduard Meyer, enfim, houve um verdadeiro *boom* de reflexão teórico-metodológica na Alemanha entre as décadas de 1880 e 1890. E a história participou ativamente disso. Então, essa visão caricaturesca de uma historiografia positivista, como dizia Febvre, que não queria saber das idéias, que não queria saber da teoria, não se sustenta, pois se havia um país que estava adiante dos outros nesse aspecto era a Alemanha. Infelizmente, este problema político-militar dos dois países acabou nos atingindo indiretamente, porque prevaleceu entre nós uma visão um pouco negativa demais da teoria da história alemã, isso no meu momento de formação. Eu fui para a Alemanha em 1998, e, até aquele momento, posso dizer que eu não percebia nenhuma grande diferença neste quadro. Continuava vigente aqui – vamos dizer assim – um “paradigma” dos *Annales*, e em algum momento se somou a influência italiana, vinda da micro-história. Mas quanto aos alemães, havia um grande silêncio. Quando muito, líamos autores como Marx, às vezes a Escola de Frankfurt, a qual tinha um impacto limitado, quase marginal, junto a nós historiadores. Claro que Marx a gente tinha que ler na época, mas muita gente nesse momento não estava tão próximo do marxismo. Quando voltei da Alemanha, em 2002, senti uma diferença imensa. Uma coisa curiosa é que eu saí daqui num momento que este diálogo estava sendo retomado. Comecei a ter contato com esses teóricos alemães lá na Alemanha mesmo, sem saber o que estava acontecendo aqui. Ao voltar, foi um verdadeiro susto. Já havia o Koselleck e também o primeiro volume da trilogia do Rüsén, traduzido pelo Estevão Martins. Fica claro o quanto as traduções sempre são muito importantes, porque elas disponibilizam para o público universitário autores que só um ou outro professor conhece, ou que só um grupo que domina aquela língua conhece. Foi interessante esse movimento. Eu me arriscaria a dizer, e já disse isso outras vezes, que há uma retomada muito forte dessa influência alemã, no campo da reflexão teórica, em história da historiografia e em teoria da história. E acho que os franceses vão passar por um momento mais difícil agora. Acho que tende a haver uma certa inversão, a não ser para aqueles autores franceses que dialogam diretamente com os alemães.

Revista Teoria: Paul Ricoeur...

Sérgio da Matta: Em Ricoeur isso é evidente. Ele começa como um estudioso da fenomenologia de Husserl, depois caminha para o campo da hermenêutica, mas nunca perdeu o pé com a tradição husserliana. É um nome muito importante. Sempre foi um crítico dos *Annales*, crítico no sentido de “olha, eles são técnicos, mas eles não fazem uma teoria do conhecimento histórico”. Ele diz isso claramente, tanto que nunca foi muito citado pelos *Annales*. Quem levanta a bola de Ricoeur? Foi um crítico dos *Annales*, o François Dosse. E, de certa forma, o François Hartog, ao elaborar a idéia de “regime de historicidade”, está dialogando com Koselleck. Para mim, claro, é motivo de satisfação. Na Alemanha, ninguém estuda apenas uma disciplina na universidade, no sentido de que se você faz história então você só faz disciplinas na área de história. Lá você tem que fazer as disciplinas sempre em três áreas diferentes, e um mesmo número de disciplinas, embora uma dessas áreas seja sempre privilegiada (a *Hauptfach*). Então, normalmente, o pessoal de história faz muitas disciplinas de áreas afins: filosofia e sociologia, ou filosofia e estudos literários. Isso tende a dar para eles um cabedal teórico maior do que o dos franceses ou nós mesmos. Além do que é um país em que a tradição filosófica é muito forte. Sem falar que um dos campos da reflexão clássica da filosofia alemã a partir do século XIX é a história – não apenas a história como processo, mas a história como disciplina. Eles têm uma situação privilegiada, e eu acho natural que a gente estude esses autores.

Revista de teoria: O professor Rüsen enfatiza muito que foi na Alemanha que surgiu essa discussão do processo de racionalização das disciplinas, de institucionalização.

Sergio da Mata: Exato, essa institucionalização ocorre bastante cedo. A *Historische Zeitschrift* – Revista Histórica, a mais antiga revista histórica acadêmica, tem seu primeiro número editado em 1859, foi fundada por um aluno de Ranke, Heinrich von Sybel. Isso acontece bastante cedo, e é evidente que tem um impacto. Significa o quê? Não adianta um conjunto de pessoas produzirem um conhecimento original, é importante que haja um aparato institucional que dê condições a essas pessoas de continuarem trabalhando. Também contribuiu para isso o modelo de universidade de Wilhelm von Humboldt, a universidade ancorada em ensino e

pesquisa (embora isso já existisse na Universidade de Göttingen na segunda metade do século XVIII). Muito cedo, na Alemanha, a universidade se tornou o grande pólo de conhecimento. Não era o caso francês. No século XIX, muitos grandes historiadores franceses não eram professores universitários. Eram homens de Estado ou estavam em academias, não necessariamente em universidades.

Revista de teoria: Nesse sentido professor, como seria, por exemplo, já que a historiografia francesa, de certa forma, foi muito influente no Brasil e continua influente. Como seria uma comparação de uma historiografia francesa com Foucault e o estruturalismo e a historiografia alemã?

Sergio da Mata: Você pergunta se na Alemanha algum nome teve influência tão forte quanto Foucault na França?

Revista de teoria: Não, mas uma comparação no Brasil mesmo, no sentido da relevância das duas, por exemplo, a relevância de Foucault sendo de uma historiografia francesa e a relevância da historiografia alemã.

Sérgio da Mata: Bom, é evidente que o que eu estou dizendo não significa que alguns grandes nomes franceses não tenham se colocado. É uma coisa muito interessante. Eu estudei na UFMG, um dos primeiros lugares aonde Foucault deu aula no Brasil, onde ele esteve algumas vezes. O Brasil foi um dos primeiros países a receber a obra de Foucault e a traduzi-lo muito imediatamente. Vocês sabem que o seu primeiro grande comentador na língua inglesa foi um brasileiro. Um autor que vivia ainda na minha época de graduação, o José Guilherme Merquior. Foi um grande intelectual, um grande ensaísta brasileiro, e que era um diplomata de carreira. A tese de doutorado dele é muito importante, sobre o pensamento político de Weber e Rosseau. Ele foi orientado nada mais nada menos que por Ernst Gellner. Bem, quando fui para a Alemanha, eu me surpreendi porque que eles estavam começando a ler Foucault. É lógico que os grandes nomes o conheciam, mas na universidade, como um fenômeno mais generalizado, era bem recente a leitura de Foucault. Isso acontece um pouco, de certa forma, porque Habermas foi um grande crítico de Foucault. E Habermas exerceu, em alguns momentos, uma

influência quase imperial (no meu entendimento até negativa) na Alemanha. Eu fiz uma referência indireta a ele na minha fala de ontem, como um sátrapa moral. Habermas condenou muita gente ao ostracismo.

Revista de teoria: Uma forma de controlar o mercado alemão de publicações...

Sérgio da Mata: Controle do mercado de idéias, mais que pelo mercado editorial. Ele exerceu esse poder várias vezes, contra várias pessoas como Hermann Lübke e Ernst Nolte. Em 1998 estourou uma grande crise entre um filósofo mais jovem, mas influente, Peter Sloterdijk, que denunciou Habermas duramente por utilizar seus contatos na imprensa a fim de deturpar o que Sloterdijk tinha escrito. Para voltar a Foucault: na Alemanha, por causa dessa crítica a Foucault, Habermas acabou influenciando um pouco negativamente demais. Eu não sou nenhum fã do pensamento de Foucault, mas reconheço a influência e a importância de vários livros que ele escreveu. A despeito disso, eu diria que há mais abertura dos alemães para os franceses do que o contrário. Isso não é de hoje, acontece há muito mais tempo – talvez com alguns momentos mais difíceis por causa das relações nacionais. Alguns intelectuais que eu admiro particularmente sempre leram e se fizeram influenciar por autores franceses. É curioso, os franceses sempre recebem muito bem os alemães que criticam a própria Alemanha: Nietzsche é muito evidente. Mas não só ele. É o caso do Norbert Elias, de toda a análise da sociedade de corte, do processo civilizador, e no qual a corte francesa tem um papel muito central. Mas quando se trata de um autor que mostra as entranhas do sistema francês, aí eles não traduzem, por exemplo: há uma tese de livre-docência muito importante de Lutz Raphael, sobre os *Annales*, e que não tem tradução até hoje na França e seguramente não vai ter: *Die Erben von Bloch und Febvre. Annales-Historiographie und nouvelle histoire in Frankreich 1945-1980*. Ele faz uma análise, numa perspectiva sociológica, desta escola enquanto uma estrutura de poder. A análise do Dosse o influenciou, mas ele foi mais fundo. Raphael vai utilizar um referencial teórico que, paradoxalmente, é francês, que é o Pierre Bordieu. Alguns nomes franceses chegam muito bem na Alemanha, e o Bordieu é um deles. Os alemães têm um imenso respeito pela sua obra. Ele não estava muito aí para essa

coisa de “nós, os franceses”, ele dialogava com o pensamento norte-americano, alemão, enfim.

Revista de teoria: Ontem, na palestra do professor Rodrigo Sá Motta, ele falou que toda produção historiográfica é voltada para os pares. Pessoalmente achei muito interessante. E para o senhor, qual a funcionalidade dessa produção do conhecimento histórico para a sociedade em si? Quais são os meios e até a gente pensou no sentido de inclusão de elementos estéticos e retóricos e se eles poderiam minar ou contribuir para a produção desse conhecimento enquanto científico?

Sergio da Mata: Eu acho que as pessoas costumam ter uma posição muito taxativa com relação a isso, no sentido que ou a história não pode ser “popular” ou a história tem de ser estética: tem de valorizar o elemento de ornamentação do texto. Na verdade não tenho nenhuma posição muito rigorosa em relação a isso, porque acho que se trata de algo extremamente individual. Algumas temáticas com as quais a gente trata são temáticas difíceis, e eu não tenho a menor pretensão de que nós possamos fazer uma excelente teoria do conhecimento histórico querendo, de antemão, ser populares. Simplesmente porque essa área suscita problemáticas pelas quais o grande público não se interessa. Eu acho que se pode fazer uma teoria da história para ser entendida por quem estuda história. E nem sempre é o caso. Muitas vezes é o contrário: a legitimação de um teórico se dá pelo fato de que ele não se faz entender. Então o grande barato é você “entender” alguém que é inapreensível. O mito de alguns autores gira em torno do jargão que eles criam para si próprios. Há outros autores que teorizam e fazem teoria do conhecimento histórico sem jargão, de maneira que é profunda e ao mesmo tempo, se você estuda história ou se tem algum conhecimento histórico, você lê aquilo e é capaz de entender. Karl Popper dizia: “temos que escrever para sermos entendidos e não para *não* sermos compreendidos”. Se alguma dificuldade advém, ela deve advir da complexidade do objeto, e não do jargão que eu vou criar para tratar esse objeto. E então, transpondo essa questão para a historiografia em si, eu acho que grandes historiadores foram grandes estilistas, incontestavelmente. Febvre foi um deles,

Braudel foi um deles. Os franceses já têm essa inclinação por conta do imenso prestígio que a literatura tem junto aos próprios franceses. Na França é uma questão fundamental escrever bem, enquanto na Alemanha normalmente não era assim – era fundamental ser “profundo”. Nietzsche criticou isso muito duramente em vários textos e eu acho que ele foi uns dos autores que, maravilhosamente, atingiu as duas coisas. Isso não é uma obviedade: você conseguir ser profundo e, ao mesmo tempo, escrever um bom texto do ponto de vista formal. É o caso de uma geração filosófica alemã mais recente que, estava começando a estudar e a publicar na década de 1920, e que fugiu tanto da hermenêutica quanto da Escola de Frankfurt. Esse pessoal seguiu uma terceira via, agregada em torno de Joachim Ritter. A ela pertencem dois filósofos que admiro tremendamente, Hermann Lübbe e Odo Marquard. A forma como Marquard escreve é bárbara, ele filosofa de uma maneira bem humorada. Seus livros são sempre curtos, densos e, ao mesmo tempo, maravilhosamente bem escritos. Então acho que, na verdade, são falsas antípodas. Esses autores acabam mostrando que a questão estética na história, evidentemente, é um componente importante. Porque, no fundo, o que você está fazendo – para retomar a idéia de Wilhelm Schapp – é contar uma história. Se puder contar esta história de uma maneira atraente, tanto melhor. Eu sempre falo para meus alunos “quer queiramos quer não, os grandes historiadores não eram apenas grandes historiadores, eles eram grandes escritores”.

Revista de teoria: Pensamos na funcionalidade do conhecimento histórico para a sociedade, e também para a própria academia, porque dentro da própria academia às vezes não se reconhece a funcionalidade e a relevância da teoria da história, ela é bem segregada, pelos menos lá na UFG reparamos que outros alunos de áreas distintas, da medieval por exemplo, tem um certo receio com a teoria da história.

Sergio da Mata: São duas coisas, a primeira: a questão da relevância. A história corresponde a várias funções sociais. Uma delas é a construção de identidades. Em certo momento, se acontece algo diferente na minha vida, um dano qualquer, uma perda, isso vai interferir na minha existência, e eu vou ser algo diferente depois daquilo. Isso vale para as coletividades também, e o Lübbe explora isso muito bem. Uma das funções centrais do conhecimento histórico é portanto a criação e

recriação identitária, individual ou coletiva. Esse é uma razão pela qual não vamos deixar de produzir conhecimento histórico, nunca. Seja pelas mãos daquele historiador autodidata, seja de um jornalista. Isso nunca vai deixar de ser “consumido”, pois há uma demanda social constante. Mas, e quanto à relevância para a nossa área? Qual é o risco de nós não refletimos sobre o nosso conhecimento? Falo isso como alguém que, na época da graduação, não tinha essa percepção. Eu queria estudar história, mas: por quê se estuda a história? Como é que a história é feita? Devo admitir que isso, em absoluto, não me interessava. É evidente que as outras áreas estão interessadas em teoria e metodologia numa perspectiva muito pragmática; “o que isso pode trazer para mim em termos metodológicos, à práxis da pesquisa histórica?” O que não é ilegítimo. É natural que alguém que se interesse por História da Mesopotâmia veja nossa área como um meio. E é natural que aqueles que têm um pouco mais de interesse teórico vejam em nossa área um fim em si mesmo. Nós queremos estudar a história da historiografia e a teoria da história porque queremos entender melhor nossa disciplina e, num certo sentido, fazê-la melhor. Os grandes historiadores – não vou dizer todos – de certa forma estão atentos para que os teóricos dizem, sejam eles historiadores ou não. Os *Annales* estavam atentos a isso, os grandes historiadores alemães do final do século XIX não estavam de olhos fechados para que Dilthey ou Rickert estavam dizendo. Mesmos aqueles mais historicistas, no sentido mais tradicional, mais convencional. Tudo depende também de uma certa cultura filosófica da comunidade de historiadores. Diria que a nossa cultura filosófica é, em comparação com outras, relativamente pequena, embora eu ache que isso esteja mudando muito! A grande crise dos anos 1990, pós-modernismo, “acabou a história”, Fukuyama, tudo aquilo criou um grande vazio, e todo grande vazio tem de ser preenchido. As pessoas passaram a se preocupar mais com a teoria do conhecimento histórico. Então acho que esse quadro está num processo de mudança. Essa nossa conversa, com alunos de graduação, nunca aconteceria antes de meados dos anos 1990. Isso era muito restrito a pelos menos um departamento de história no Brasil, que era o da Puc-Rio, ou a problemáticas específicas do campo marxista. Alguns dos grandes nomes, como é o caso de Estevão Martins, estavam relativamente isolados. Igualmente, demos um passo extraordinário, com a criação da *Associação Brasileira de Teoria da História e História da historiografia*.

Voltamos à questão institucional: não basta um grupo de pessoas terem boas ideias, você tem que agregar estas pessoas. O que, diante das agências fomentadoras, cria um elemento novo, e a sua área passa a ter um peso diferente junto a outras que estão muito mais organizadas. Nós estamos vivendo um crescendo, e eu fico satisfeito de estar vivendo isso.

Revista de Teoria: Interessante todos os elementos que o professor citou, tanto de Teoria da História quanto de História da historiografia, que apesar de não ser a mesma coisa, são indissociáveis.

Sérgio da Matta: Acho que aqui no Departamento de História da UFOP a gente vive uma situação muito feliz, talvez única, de ter quatro professores trabalhando na área, e agora com a chegada do quinto que é o Mateus Pereira. Uma coisa importante que aconteceu aqui, e que não acontece em outros lugares, foi a distinção das disciplinas uma das outras, as disciplinas da graduação. Normalmente, em metodologia da história, o professor tratava um pouco de tudo: história da historiografia, métodos, teoria do conhecimento histórico. Aqui nós distinguimos as disciplinas, nós diferenciamos mesmo. O responsável por História da Historiografia Geral vai trabalhar com história da historiografia, e a disciplina Teoria da História, dada mais adiante, trata da teoria do conhecimento, hermenêutica etc. E metodologia da história vai tratar realmente dos métodos. Quando eu cheguei à UFOP, existia a disciplina de Historiografia brasileira mas não existia (o que é muito comum na maior parte dos cursos de história) História da historiografia geral. Então nós criamos esta disciplina, porque é como estudar História do Brasil sem ter noções de História Moderna. Acredito ser uma tarefa para as outras instituições, para aqueles professores que estão lá, promover, fazer uma reforma do currículo, que não é uma coisa tão complicada assim e estabelecer mais claramente o escopo das disciplinas. Mesmo os alunos que não têm interesse na área de história da historiografia ou de teoria da história ganham com isso.

Revista de Teoria: De certa forma facilita para a compreensão daquilo que está no momento tem uma diferenciação clara do que é teoria da história e metodologia da história.

Sergio da Mata: É evidente, acho que aqui no departamento, nossos colegas têm muita consciência que não se trata de fagocitar as outras áreas; nós não queremos isso, não. Podemos estar a serviço de outras áreas.

Revista de teoria: Quando o senhor fala da pós-modernidade, e é um problema que a gente teve até com o professor Pedro Caldas, que é a caracterização do que vem a ser o pós-moderno e o moderno e a interferência desses dois conceitos hoje na teoria da história.

Sergio da Mata: Eu acho que o conceito de pós-moderno é um conceito epistemologicamente fraco. Ele é um *label*, uma marca, mais que um conceito. Eu não acredito que nós entramos em um novo tempo, uma nova era. Incertezas já houve antes. Uma grande era das incertezas, por exemplo, é o final do século XIX e início do século XX. Com Henri Bergson na França, de certa forma com o próprio Dilthey na Alemanha. Houve toda uma corrente chamada “filosofia da vida”, a *Lebensphilosophie*, no início do século XX, e que se tornou ainda mais forte depois da Primeira Guerra, e que vai se dar em um Oswald Spengler. Quer dizer: é próprio da sociedade moderna viver crises recorrentes de seus sistemas de pensamento. Thomas Luckmann e o Peter Berger mostram em *Modernidade, pluralismo e crises de sentido* que, na verdade, nós continuamos a viver numa era moderna. Porém, como entender a modernidade? O que a caracteriza? Ela é uma época de pluralização crescente: pluralização dos sistemas de referência, de sistemas intelectuais, de formas de teorizar o mundo, e cujas crises se dão exatamente por excesso de ofertas no mercado de idéias. Quando há excesso de oferta a grande questão é da busca por orientação: “Pra que lado eu vou? Qual a melhor opção metodológica? Qual a explicação é a mais adequada?” Na década de 1990, sobretudo por causa de alguns elementos macro-históricos (queda do socialismo, etc), acirrou-se a sensação dessa grande crise epistemológica. Mas no meu entendimento tal crise não é exclusiva da nossa época, não é definitiva, e provavelmente haverá outras. Estou me baseando muito na visão de Berger e Luckmann, a qual eu partilho, claro. Portanto não acredito no conceito de pós-modernidade, no sentido mais “denso” que a palavra possa vir a ter. Mas acredito que a crítica de vários autores que se identificam como pós-modernos teve a sua

importância porque ela se colocou num momento em que as ciências humanas estavam engessadas em grandes sistemas interpretativos, que eles chamaram “grandes narrativas”, e que, num certo momento, tiveram um efeito reducionista, não há dúvida. A crítica pós-moderna teve um efeito importante, mas que não é sem precedentes. Se vocês lerem o trabalho desse pessoal da “filosofia da vida”, do início do século XX na Alemanha, ou mesmo na França no mesmo período – Bergson – vocês vão perceber esse mesmo tom iconoclasta. Mas que volta e meia tem que acontecer para oxigenar um pouco, digamos assim, o campo intelectual.

Revista de teoria: Nesse sentido, e aí é seguindo Ankersmit, a pós-modernidade, isso que se conceitua como pós-modernidade, seria o historicismo levado ao limite? Uma crítica historicista ao limite?

Sergio da Mata: Então para quê falar em pós-modernidade, é o historicismo! É uma retomada.

Revista de teoria: É uma volta.

Sergio da Mata: Ernst Troeltsch já colocava isso no início do século XX. Eu acho que não há grande originalidade no pós-modernismo. Se você desce à essência do fenômeno, é apenas um vocabulário novo para velhas idéias. Não estou dizendo que a crítica deles não teve relevância, ela o teve em alguns momentos, devido a uma certa... a um excesso de otimismo cientificista na nossa disciplina. Na época que eu fiz a graduação, a maior parte dos livros terminava com uma série de tabelas, queriam quantificar a história. Então, havia essa leitura muito quantitativa, algo que já está realmente superado, embora, em algumas áreas, possa ser necessário. Quem trabalha com demografia histórica não pode escapar disso. Mas houve deturpações enormes. Um autor francês, Pierre Chaunu, tem um livro sobre *La Mort à Paris. XVIe, XVIIe et XVIIIe siècles* que usa métodos quantitativos de uma maneira muito mecânica, quase grotesca. Determinados fenômenos são de natureza qualitativa. Estamos falando de mentalidades, de subjetividades, ou de intersubjetividades ao longo do tempo. Quando eu tenho resistência ao pós-modernismo ou o quê se diz ser pós-modernidade, eu tenho resistência a algo de que falei ontem: essa visão de grandes rupturas na história, de que vivemos em um

tempo definitivamente novo. Isso não passa de um *frisson* profético. Existe na vida social algo que se chama “instituições”, e que tendem a ordenar a vida social. Situações de relativa mudança, de crise, etc, sempre vão se colocar, mas imediatamente a própria sociedade produz mecanismos para restabelecer um certo equilíbrio, uma certa ordem.

Revista de Teoria: O ponto interessante é que o Sergio Paulo Rouanet fala em *As Razões do iluminismo* quando ele cunha o conceito de neomodernidade, no sentido de que ele está querendo caracterizar justamente as novas apropriações do que foi considerado como modernidade. Ou seja, prevalecendo tanto as continuidades além dessa ruptura que caracteriza a pós-modernidade e também vão romper com que foi a modernidade, é interessante perceber em sua fala essa busca de continuidade além de rupturas.

Sérgio da Mata: Qual que é o drama do historiador? A história, tradicionalmente, foi e é compreendida como a disciplina da mudança. A partir de um certo momento, sobretudo por causa do contato com outras disciplinas das ciências humanas, percebeu-se que era importante dar atenção aos fenômenos que não mudam tão rápido, que resistem mais a mudar – não só por causa de Braudel. A história é, sempre, essa mistura de processos de transformação com dimensões da vida social que demonstram uma longevidade maior. Para comentar o que você falou, acho que o *frisson* pela mudança e pela grande ruptura pode ser um problema, da mesma maneira que uma certa obsessão pela permanência também o pode ser. Cabe ao historiador buscar o equilíbrio.

Revista de teoria: Nesse sentido professor, você acha que é possível pensar uma nova filosofia da história, no sentido de que, por exemplo, o Rüsén faz com a Antropologia Histórica Teórica, com as constantes antropológicas? Acredita que seja um caminho viável, um ponto de tensão entre tantas rupturas e tantas continuidades? De buscar uma orientação no tempo?

Sergio da Mata: Eu acho que essa tentativa existe. Mas isso marcou também a geração do Rüsén, não na época em que ele estava começando, mas na década de 1970 e 1980. Na Alemanha, a antropologia filosófica se tornou quase uma

coqueluche, mas isso não teve qualquer impacto na França, não teve a menor influência na França e nem nos EUA. Eles têm horror à antropologia filosófica. Mas na Alemanha vários autores importantes, e eu me filio a alguns deles, não conseguem pensar a dinâmica social desconectada de constantes antropológicas, e isso marcou as ciências humanas como um todo na Alemanha num certo instante. Apesar de Heidegger sempre ter-se dito contra a antropologia filosófica, esta corrente acabou tendo muita influência por lá. Iser foi buscar uma estrutura antropológica dos gêneros literários, Luckmann fez o mesmo para as formas de religiosidade, da mesma maneira que o Rösen no âmbito do conhecimento histórico. É sempre um jogo arriscado porque se está sempre sujeito a contestações, a outras visões a respeito do que essas constantes viriam a ser. No entanto, é o que torna a coisa interessante. Não sei se eu concordo com as soluções que Rösen apresenta, quando ele busca essas constantes. Eu procuraria outro caminho. Me seduz mais o pensamento do Wilhelm Schapp.

Revista de teoria: Pensamos na questão do Weber, quando ele fala do método compreensivo, e gostaríamos de saber qual a relação entre esse método compreensivo dele e a hermenêutica contemporânea de Gadamer, que não sabemos se se poderia ser enquadrado em um método compreensivo. Quando falo em compreensivo penso mais em Dilthey, então há aí uma relação entre o método de Weber e de Gadamer?

Sergio da Mata: Olha, verdade seja dita, Weber só incorpora essa preocupação hermenêutica relativamente tarde. As pessoas são levadas, erradamente, a acreditar que isso está cedo no trabalho dele por conta de traduções, porque ele usa muito o termo *Bedeutung* naquele famoso ensaio sobre objetividade, só que quando Weber fala em *Bedeutung* ele não está falando em *sentido* e sim em *importância*. O termo *Bedeutung* pode significar sentido, o sentido de algo – “*Was bedeutet das?*” – quanto pode significar também a importância de algo. Quando usa o termo nos seus primeiros ensaios teóricos, ele está mais ligado a Rickert, está querendo pensar por que alguns objetos se tornam importantes para o historiador e por que outros não. A questão inicial do Weber era essa, e era aí que Rickert entrava. O Weber tardio, a partir da década de 1910, começa a estabelecer esse

diálogo com Dilthey. Isso se deu tarde por alguns motivos. Primeiro, ele era muito próximo de Rickert. E Rickert não tinha nenhuma simpatia pelo trabalho de Dilthey. A importância de Dilthey se coloca de uma maneira muito grande nesse início do século XX. Ele passa a ser mais referencial do que o próprio Rickert, porque Rickert escreveu muito para os historiadores, e Dilthey escreveu para as ciências humanas. Quando Weber passa a falar em “sociologia compreensiva”, isso se dá tarde na sua carreira. Em segundo lugar, o que Weber escreveu sobre compreensão é pouco, e é relativamente ruim em comparação com o que outras pessoas estavam fazendo, por exemplo o próprio Dilthey e Georg Simmel. Quem colocou isso à mostra de uma maneira muito evidente foi Alfred Schütz. Num livro de 1932, *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt*, ele tentou articular Weber e Husserl. O que Schütz vai mostrar é o seguinte: Weber não tem uma teoria da compreensão dos fenômenos sociais e, a este respeito, está cheio de contradições. Schütz vai tentar refazer o que o Weber começou a fazer e não fez. Na verdade, é curioso que hoje em dia Weber seja muito festejado por ter iniciado a sociologia compreensiva, mas ele compreendia menos a compreensão do que Simmel, por exemplo. Como se criou o mito “Max Weber”, ele acaba sendo superestimado num aspecto que está longe de ser sua contribuição principal. Se você olhar em volta, percebe que havia gente fazendo isso melhor do que ele. Como Simmel, que, nesse sentido, era muito mais poderoso na força intuitiva.

Revista de teoria: Por fim, pensamos em um último tópico, que seria a virada lingüística, que o senhor já citou que é Habermas, e ele identifica duas linhas que hoje conhecemos por virada lingüística, seria a de Wilhem Humboldt e a de Frege. Gostaríamos de saber então, como o senhor percebe essas duas linhas distintas de análise da linguagem para a produção do conhecimento histórico?

Sergio da Mata: Há quem diga que a virada já virou. Há um artigo de Hubert Knoblauch chamado *Das Ende der linguistischen Wende*, (“O fim da virada lingüística”). É claro que há influência muito forte de um Rorty, que acabou muito difundido no Brasil bem como de alguém que estava ligado a ele que é o Hayden White. A idéia de que a linguagem constitui a vida social de certa forma trivial, uma vez que não há vida social sem alguma forma de linguagem. Mas usar a linguagem

como uma chave para compreender *tudo* na vida social me parece limitador. Creio que um outro conceito, talvez mais denso, é o de *comunicação*. Até do ponto de vista da morfologia da palavra: *comunic/ação* é uma forma de agir no mundo. Quem se comunica não apenas emite sinais, ele age, ele interfere na esfera da existência ou da vida social. Pelo menos três pensadores muito influentes adotaram o conceito de comunicação como central. Habermas, na sua “teoria do agir comunicativo”, Niklas Luhmann, em sua “teoria dos sistemas”, e o próprio Luckman, que elaborou uma sofisticada teoria dos gêneros comunicativos. É claro que há distinções fortes entre os três autores, mas o conceito-chave aí não é “linguagem”, é algo mais complexo. Porque a comunicação também se dá por meios miméticos. Se, por exemplo, o telefone de seu colega toca durante a aula e o pessoal já olha, percebemos que este ato comunicou algo, embora não se trate de uma linguagem do ponto de vista formal. A linguagem é sumamente importante, é lógico, mas existe também o que está além da linguagem, uma vez que há formas de interferir na vida social comunicando algo sem fazer uso da linguagem do ponto de vista restrito. Eu acho interessante o que os teóricos da virada lingüística dizem, mas acho um pouco ligeira demais a idéia de que os historiadores vão resolver seus problemas centrais através de uma abordagem lingüística, que veja na linguagem o alfa e ômega da análise histórico-social.

Revista de Teoria: Nós queríamos agradecer por ter tomado seu tempo e pela oportunidade da entrevista.

Sérgio da Mata: Eu é que agradeço.